

# Maia descarta hipótese de indexação

*Economia Brasil*

O secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, entregará nesta quinta-feira ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um estudo do que é possível negociar no Congresso, em torno da medida Provisória 256, da Lei Salarial, só que já completamente descartada a hipótese de uma negociação em torno de qualquer fórmula de indexação salarial. O estudo será analisado em nova reunião dos líderes dos partidos que apoiaram o Governo, com Passarinho e a área econômica, às 18h da segunda-feira, quando só então, segundo o ministro da Justiça, o Governo definirá sua estratégia para a votação da medida provisória, marcada para os dois dias seguintes.

"O Governo está convencido de que não pode haver reindexação dos salários, com o que se caminharia para pés-simos resultados, como a hiperinflação. O João Maia me entregará na segunda-feira um relatório do que se pode ter como elemento de negociação, mas excluída qualquer possibilidade que passe pela reindexação dos salários", informou Jarbas Passarinho.

Na reunião de quinta-feira à noite, Passarinho fez referência aos líderes governistas e aos representantes da área econômica a um estudo que, segundo soube, a CUT recomendou ao Dieese e que resultaria em uma proposta que garantia a reposição das perdas salariais, mas sem a indexação. "O João Maia mostrou-se muito cético em relação ao êxito de uma proposta

deste tipo", contou Passarinho, embora dizendo-se disposto a pedir ao presidente da CUT, Jair Meneguelli, que lhe desse conhecimento do teor da proposta para uma análise do Governo. Ele disse que a sua proposta pessoal, de se ter um piso salarial mínimo com garantia das perdas salariais, com reajustes ao menos semestrais, que garantissem o poder de compra dos salários, não é viável no momento, com uma inflação mensal de 15 por cento. Passarinho disse que a questão da votação da medida provisória não terá qualquer influência no andamento dos entendimentos entre empresários, trabalhadores e o Governo por um pacto, que deverá ter sua próxima reunião, marcada para o dia 13, adiada mais para o final do mês. "As duas coisas não estão conjugadas. Como eu assumi o compromisso de, na próxima reunião

do pacto, já ter soluções para algumas questões, como a do assentamento de 15 mil famílias e a proposta da subcomissão para uma política salarial e isso não ficará pronto até o dia 13, não faz sentido fazer uma reunião sem ter respostas".

O ministro disse que foi surpreendido na tarde de quinta-feira com a comunicação do ministro do Trabalho e da Previdência, Antônio Rogério Magri, de que a subcomissão do pacto encarregada das relações entre capital e trabalho não tinha incluído a política salarial em sua discussão, pedindo que o assunto fosse abordado na subcomissão emergencial, que ainda não foi instalada. "Com isso, eu tratei de recolher os nomes para formar a subcomissão e fui surpreendido com a CUT, que respondeu praticamente se negando a indicar um nome.